



Novo pacto federativo vai estar concluído em 65 dias, diz Davi

Presidente do Senado anunciou a governadores, em reunião, que um dos primeiros passos será aprovar a distribuição da cessão onerosa do pré-sal e mudar a Lei Kandir

O novo pacto federativo buscará dar tranquilidade aos estados, disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ontem, ele se reuniu com governadores, senadores e deputados da Frente Parlamentar Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais tarde, recebeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, que apresentou o entendimento do governo sobre o pacto. Entre os assuntos que serão tratados pelas propostas, estão mudanças na Lei Kandir, distribuição da cessão onerosa do pré-sal, ampliação do prazo para pagamento de precatórios e securitização da dívida ativa dos estados. **3**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Ministro da Economia, Paulo Guedes, e Davi Alcolumbre (ao fundo) em reunião com senadores sobre propostas do governo para os estados e municípios

Texto que muda Lei de Migração divide debate

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, representantes do governo defenderam mudanças no projeto que muda a Lei de Migração pela necessidade de restringir a entrada de pessoas perigosas no país. O senador Paulo Paim, que pediu o debate, e representantes de entidades de refugiados criticaram as alterações no texto. **8**



Senadora Juíza Selma conduz a audiência sobre a Lei de Migração

Congresso vota hoje projeto de lei da LDO de 2020 **3**

Avança texto que facilita crédito para microempresa **6**

Comissão analisará incentivos a startups e pesquisas **6**

Colegiado vai analisar exportações agropecuárias **2**

Posições divergentes marcam 1º dia de discussões



Na CCJ, senadores ouvem o secretário especial de Trabalho, Rogério Marinho, fazer a defesa da proposta do governo

Em audiência com representantes do governo na Comissão de Constituição e Justiça, a conclusão foi a de que a Previdência Social necessita de mudanças urgentes. A proposta do governo aprovada pela Câmara dos Deputados recebeu, no entanto, fortes críticas de senadores e dos policiais. Na Comissão de Direitos Humanos, a retirada da aposentadoria especial para quem corre risco no trabalho, como pessoas expostas a elementos tóxicos, foi um dos pontos mais combatidos. **4 e 5**



Deficientes visuais pedem eletrodomésticos adaptados

Participantes de audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos defenderam eletrodomésticos e produtos eletrônicos para pessoas com

deficiência, principalmente visual. Segundo eles, isso contribuiria para a inclusão social de cerca de 7 milhões de pessoas. **8**

Fundo para educação básica precisa de verba, aponta audiência

Tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica permanente, alterar a forma de calcular os repasses feitos pela União e

aumentar os valores substancialmente. Essa foi a tônica da audiência pública a respeito da revisão do fundo, em ciclo da Comissão de Educação. **7**

Banco Central do Brasil



Prédio do BC em Brasília, que comandará a Unidade de Inteligência Financeira, criada em substituição ao Coaf

Medida vincula substituto do Coaf ao Banco Central

Pela MP, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras foi transformado em Unidade de Inteligência Financeira, com autonomia técnica e operacional e atuação em todo o território nacional

A MEDIDA PROVISÓRIA que transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) em Unidade de Inteligência Financeira (UIF), vinculada ao Banco Central, foi publicada na *Diário Oficial da União* de ontem. De acordo com a MP 893/2019, a unidade tem autonomia técnica e operacional e atuação em todo o território nacional. A UIF será responsável por produzir e gerir informações para a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa e por promover a interlocução institucional com órgãos e entidades nacionais, estrangeiros e internacionais que tenham conexão com a matéria, diz o texto do documento.

O colegiado, que é formado por um conselho deliberativo, passa a ter um número variável de integrantes. Em vez de um presidente e 11 conselheiros, fica com um presidente e, no mínimo, oito e, no máximo, 14 conselheiros, escolhidos entre “cidadãos brasileiros com reputação ilibada e com conhecimentos em matéria de prevenção e combate à lavagem de dinheiro ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa”. Permanece o quadro técnico-administrativo,

composto por uma secretaria executiva e diretorias especializadas. Caberá ao presidente do Banco Central escolher o presidente do colegiado e seus conselheiros, antes a cargo do ministro da Economia.

“A atuação dos conselheiros será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada”, determina a MP.

A medida prevê também, entre outros pontos, que a transferência dos servidores e empregados em exercício no Coaf para a unidade financeira não implicará alteração remuneratória.

Porta-voz

Nessa segunda-feira, o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rego Barros, ao falar sobre a transferência do Coaf para o BC, disse que a mudança não tirará o caráter colaborativo com outros órgãos e manterá o perfil de combate à corrupção.

“Essa mudança não inviabilizará esse combate tão importante. Foi dentro desse contexto que o presidente fez, por meio do assessoramento dos Ministérios da Economia e da Justiça, essas pequenas modificações a fim de, posicionando essa unidade, obter dela a mais eficiente e eficaz ação”, disse.

Criado em 1998, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Coaf é uma órgão de inteli-

gência financeira do governo federal que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro.

A reforma administrativa do governo do presidente Jair Bolsonaro previa a transferência do conselho para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. A medida, no entanto, foi rejeitada pelo Congresso Nacional, que manteve o órgão subordinado ao Ministério da Economia.

Banco Central

Em nota, o Banco Central disse que a UIF é dotada de autonomia técnica e operacional. “Trata-se de medida proposta pelo Ministério da Economia e pelo Banco Central, dentro de projeto amplo para o aperfeiçoamento institucional do sistema regulatório brasileiro.”

O banco informou que “será responsável pela aprovação da estrutura de governança do novo órgão, observando-se o alinhamento às recomendações e melhores práticas internacionais”.

“A autonomia do Banco Central, que se encontra em discussão no Congresso Nacional, confere respaldo à autonomia técnica e operacional da UIF, assegurando o foco de sua atuação na capacidade para a produção de inteligência financeira, com base em critérios técnicos e objetivos”, acrescentou.

Audiência vai avaliar exportações agropecuárias

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) acompanha ao longo de 2019 as políticas públicas de apoio ao comércio exterior agropecuário do governo federal. Para ajudar na tarefa, a comissão promoverá audiência pública hoje, a partir das 11h.

Na primeira mesa, falarão representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações

Exteriores e da Economia. Eles apresentarão as iniciativas das pastas e os seus objetivos, mecanismos de controle e resultados.

Entidades públicas

A segunda audiência terá como foco o trabalho das entidades públicas de fomento e apoio à exportação de produtos agropecuários. Participarão representantes da Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Europeus não podem dar lições ecológicas ao Brasil, diz Bittar

Marcio Bittar (MDB-AC) enfatizou ontem que o Brasil é o país que mais preserva florestas originárias e questionou as contradições de países europeus que desmataram suas florestas nativas e agora “pretendem ensinar” sobre preservação e cuidados com o meio ambiente.

— Não há um só país da Europa Ocidental que possa dar lições ecológicas ao Brasil. Contra fatos, de fato, não há argumento. Dois terços do território nacional são dedicados à preservação e à proteção do meio ambiente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto Costa defende liberdade do ex-presidente Lula

Humberto Costa (PT-PE) voltou a defender a liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva e ressaltou que o ex-presidente está preso injustamente há exatos 500 dias, num processo que atingiu o Estado de direito. Segundo ele, os integrantes da Operação Lava Jato — especialmente o procurador Deltan Dallagnol e o então juiz Sergio Moro — atuaram, nos casos envolvendo Lula, inebriados pelas perspectivas de lucros e de caráter político obtidas com a projeção nacional que a operação alcançou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Lasier, projeto de abuso de autoridade tem que ser vetado

Lasier Martins (Podemos-RS) se manifestou ontem favoravelmente ao veto total ao Projeto de Lei (PLS 85/2017), que trata dos crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos e que aguarda sanção.

— Uma corrupção que vinha recebendo forte combate das autoridades até este momento — ressaltou.

Para o senador, a proposta só foi retomada pelos deputados agora porque o trabalho de combate a corrupção se aproximou de agentes políticos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Proposta atual é contra a Lava Jato, afirma Alvaro

Alvaro Dias (Podemos-PR) manifestou ontem o desejo de que Jair Bolsonaro vete o projeto que define os crimes de abuso de autoridade (PLS 85/2017). O senador ressaltou que não é contra à discussão sobre uma legislação que puna abuso de autoridade. Entretanto, o texto, para ele, é tendencioso e passa a impressão de ser contra a Lava Jato, uma vez que criminaliza agentes públicos e de segurança e autoridades judiciárias, como policiais e membros do Ministério Público e da Justiça.



Jefferson Rudy/Agência Senado

CORREÇÃO

Styvenson Valentim (Podemos-RN) é contra o projeto de lei que trata dos crimes de abuso de autoridade, diferentemente do que publicou ontem o **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CJI Previdência Social**
8h/14h Audiências sobre a PEC 6/2019, que muda o sistema de Previdência.
- CDR Salva-vidas**
9h Entre 9 itens, o PLC 42/2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas.
- CAS Trabalho para estagiários**
9h30 O PL 1.928/2019, que cria visto temporário de trabalho simplificado para estagiários, é um dos 11 itens.
- CCT Alertas de cobrança**
10h Na pauta de 28 itens, o PLC 108/2015, que limita envio de alertas de cobrança de telefônicas a clientes.
- CAS/CE Atividades físicas**
10h30 Audiência conjunta para discutir ação da Organização Mundial da Saúde para incentivar atividades físicas.
- CONGRESSO Vetos e LDO**
11h Sessão para analisar vetos e o PLN 5/2019, que trata da LDO para 2020.

- CRA Comércio agropecuário**
11h Audiência para avaliar políticas de comércio exterior agropecuário.
- CDH Frente pela Previdência**
14h Debate sobre Previdência.
- CMA Travessia para praias**
14h. Entre 12 itens, o PLC 74/2017, que regula travessia para chegar a praias.
- CSE Tecnologia em estatais**
14h Debate sobre tecnologia em estatais.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A MP 881/2019, da Liberdade Econômica, tranca a pauta.
- MP 887/2019 Contratos da Aeronáutica**
14h30 Instalação e eleição.
- MP 888/2019 Defensoria Pública**
14h40 Instalação e eleição.
- MP 889/2019 Saque do FGTS**
14h50 Instalação e eleição.
- MP 890/2019 Médicos pelo Brasil**
15h Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

Davi estima que pacto federativo estará concluído em até 65 dias

Em reunião com governadores, presidente do Senado anunciou que medidas serão debatidas em quatro PECs e três projetos de lei

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que o novo pacto federativo será concluído em até 65 dias. Um dos primeiros passos será aprovar a distribuição da chamada cessão onerosa do pré-sal, com 15% dos recursos para estados e Distrito Federal e outros 15% para municípios.

— Eu vou trabalhar, com o apoio de todos os senadores, para que a gente possa resolver o pacto federativo nesse período de 60 a 65 dias de tramitação da reforma da Previdência. O Senado vai fazer o que tiver que ser feito para resolver a votação de todas essas matérias e vai cobrar da Câmara que as propostas sejam tratadas com celeridade, dada a importância dessas matérias. Um novo pacto federativo para dar tranquilidade aos estados — afirmou.

Davi se reuniu na residência oficial da Presidência do Senado com governadores, senadores e deputados da Frente Parlamentar Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ficou acordado que o novo pacto federativo será feito por meio de quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) e três projetos

de lei. Entre os assuntos que serão tratados nas propostas (*veja ao lado*) estão mudanças na Lei Kandir, para que os estados sejam autorizados a definir a política tributária referente às exportações.

Outros temas são o pagamento de R\$ 4 bilhões pelo governo federal a estados e municípios referentes às desonerações da Lei Kandir em 2019 e uma nova redistribuição dos recursos dos royalties do pré-sal. Os textos também devem tratar da ampliação, por mais 4 anos, do prazo para que estados paguem precatórios; da aprovação de projeto que trata da securitização da dívida ativa para estados, Distrito Federal e municípios (PLP 459/2017); e da aprovação do Plano Mansueto (PLP 149/2019).

Davi afirmou ainda que a descentralização do bônus de assinatura da cessão onerosa para estados e municípios será provavelmente de R\$ 21 bilhões, cerca de 30% do que a União prevê arrecadar. Os valores serão distribuídos seguindo as regras adotadas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e pelo Fundo de Participação dos Municípios

(FPM). A votação deve ser finalizada já na semana que vem, disse.

— O Senado tem apresentado para o governo central a angústia dos estados e dos municípios brasileiros em relação às suas receitas.

Para Davi, a Lei Kandir pode até ser extinta, por ser um entrave ao desenvolvimento, à geração de renda e ao aumento da capacidade de investimentos dos estados, principalmente os exportadores. Participaram do encontro governadores como Camilo Santana (CE), Rui Costa (BA), Hélder Barbalho (PA), Renan Filho (AL), Belivaldo Chagas (SE), Ibaneis Rocha (DF), Mauro Carlesse (TO), Waldez Góes (AP), e Wellington Dias (PI).

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que a reunião serviu para mostrar que o novo pacto federativo é tão fundamental quanto as reformas em discussão no Parlamento.

Já a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que o que está em pauta é a necessidade de criar uma agenda para garantir recursos para os estados mais vulneráveis.

Proposta de pacto será entregue pelo governo na segunda-feira

A discussão e votação da reforma da Previdência (PEC 6/2019) e do pacto federativo vão caminhar simultaneamente nas próximas semanas e devem ser concluídas no começo de outubro, afirmou ontem o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Ele participou da reunião do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, com senadores e o ministro da Economia, Paulo Guedes, no gabinete da Presidência da Casa.

De acordo com Bezerra, a reunião serviu para Guedes e equipe apresentarem propostas e entendimentos do governo federal em relação ao novo pacto federativo. O senador afirmou que, na segunda-feira, o presidente do Senado receberá documento consolidando as ideias do governo em relação ao tema. Esse documento será analisado à luz das reivindicações dos governadores, que já haviam se reunido com Davi mais cedo.

O líder do governo disse que já estão acertados, entretanto, alguns pontos do novo pacto federativo: distribuição dos recursos do bônus de assinatura da cessão onerosa do pré-sal (R\$ 10,5 bi para estados e R\$ 10,5 bi para municípios); distribuição para estados e municípios dos recursos da União da exploração do pré-sal — como royalties e participação especial — que será feita de forma progressiva, sendo 30% (R\$ 6 bilhões) para os entes em 2020, chegando a 70% (R\$ 32 bilhões) em 2029; aprovação do Plano de Equilíbrio Fiscal (Lei Mansueto), para o governo garantir, nos próximos quatro anos, empréstimos de até 40 bilhões (R\$ 10 bilhões anuais) para estados e municípios; pagamento de R\$ 4 bilhões até o fim do ano pelo governo federal, a estados e municípios, referente às desonerações da Lei Kandir em 2019; alongamento do prazo para pagamentos de precatórios dos estados e dos municípios, de 2024 para 2028.

Desjudicialização

Outros pontos ainda serão aprofundados, segundo Bezerra. Ele citou a desjudicialização de demandas antigas que os estados têm com a União, uma contrapartida pedida pelo governo, e a extinção da Lei Kandir, entre outros.

A estimativa é que estados, Distrito Federal e municípios tenham, com todas essas iniciativas, algo em torno de R\$ 500 bilhões nos próximos 15 anos.

Davi disse que o encontro com Guedes foi produtivo e que o ministro ouviu mais de 50 senadores e apresentou as ideias do governo durante mais de uma hora e meia. Para Davi, a descentralização dos recursos vai ajudar estados e municípios e fortalecer a democracia.

— O governo compreende que o Senado, como Casa da Federação, tem de comandar o novo pacto.

Mircos Brandão/Senado Federal



Davi (C) se reuniu na residência oficial da Presidência do Senado com governadores e parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Congresso pode votar hoje projeto da LDO do ano que vem

O Congresso Nacional se reúne hoje, a partir das 11h, para discutir e votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — PLN 5/2019) para 2020. A pauta traz ainda proposta que altera regras de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) devido às recém-criadas emendas impositivas de bancada.

Antes, deputados e senadores terão de analisar 14 vetos que trancam os trabalhos da sessão conjunta e têm prioridade de votação. Entre eles, estão os relacionados às regras para fiscalização de benefícios previdenciários, ao funcionamento das agências reguladoras e às novas normas para proteção de dados pessoais.

A proposta para a LDO foi aprovada no dia 8 pela CMO. O parecer do relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), faz várias alterações em relação ao texto original do Poder Executivo, como a criação de um anexo com metas e prioridades para o governo Bolsonaro no próximo ano.

Cacá Leão incluiu a possibilidade de reajustes salariais para os servidores

civis, mas a decisão caberá ao Executivo, que só previu alterações nas remunerações das Forças Armadas. O relator também incluiu proibição de aumentos em auxílio pago a servidor (alimentação, moradia e creche).

Salário mínimo

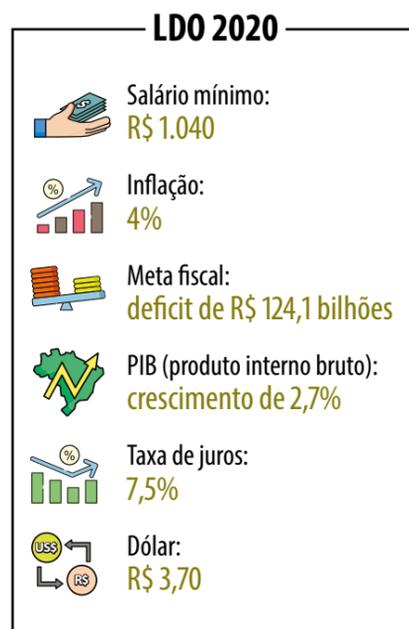
Para o salário mínimo, Cacá Leão manteve a proposta original do Poder Executivo, de reajuste para R\$ 1.040 em 2020, sem ganhos reais. Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) neste ano.

O texto prevê para 2020 déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), menor que o deste ano, de R\$ 139 bilhões. Desde 2014, as contas do governo federal estão no vermelho, e o texto prevê que essa situação perdure até 2022.

Também na pauta, o Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) 3/2019, que altera as regras de funcionamento da CMO para adequá-las

às emendas impositivas de bancada, criadas pela Emenda Constitucional 100, de 2019, e para ajustar as práticas adotadas pelo colegiado, regulamentadas pela Resolução do Congresso Nacional 1, de 2006.

Da Agência Câmara



Governo defende urgência da reforma em primeira audiência

Participantes destacaram na CCJ a necessidade de mudanças no setor e sugeriram aperfeiçoamentos ao texto que veio da Câmara



A REFORMA DA Previdência vai tornar o sistema mais justo e igualitário, no entendimento do secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho. Ele participou da primeira audiência pública sobre a PEC 6/2019 (reforma da Previdência), promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marinho frisou a necessidade da reformulação do regime de modo a garantir segurança jurídica e previsibilidade dos recursos. Segundo ele, a estrutura atual da Previdência é insustentável do ponto de vista fiscal, já que a população está ficando cada vez mais velha e propensa à aposentadoria.

— Nós tínhamos em torno de 13,6% da população [mais velha] em 2018. Vamos ter 42% em 2060. Ainda somos um país jovem, mas isso está progressivamente se invertendo.

— Ao explicar que todos os cidadãos vão passar a contribuir na nova Previdência, Marinho esclareceu que a reestruturação diminuirá injustiças, porque levará os que ganham mais a contribuir mais e os que ganham menos a serem menos tributados. O secretário informou que a economia esperada com a reforma, ao longo dos próximos dez anos, é de R\$ 933,5 bilhões.

— Esse é um debate que eu faço com

muita convicção, consciência e olhando nos olhos das pessoas em todos os lugares onde vou. Acredito que o Brasil está num momento de inflexão. Temos muitas diferenças, mas essa é uma situação que nos une a todos, [no intuito] de melhorar o país.

O professor José Márcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), afirmou que, sem a reforma da Previdência, o orçamento do país ficará desequilibrado e sem chances de solução. Ele frisou que o Brasil passou por reformas aparentemente sem efeitos ao longo dos anos, mas que impactaram positivamente o cenário econômico.

Juros

Camargo comentou que a economia brasileira continuou crescendo cerca de 1% ao ano após as reformas, a taxa de inflação permaneceu em queda e, pela primeira vez, em 2019, o governo brasileiro terá condições de estabelecer uma política de redução de juros para evitar uma recessão.

— Isso é resultado deste conjunto de reformas aprovadas ao longo dos últimos quatro anos. E a reforma da Previdência é fundamental para manter o teto dos gastos, o que é fundamental para investidores terem um mínimo de certeza de que o governo brasileiro é solvente. Sem isso, a economia brasileira não vai crescer nunca — avaliou.

Favorável à reforma da Previdência, o

ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa considerou que os deputados acertaram ao rejeitar a proposta de capitalização, na PEC 6/2019. Ele sugeriu, no entanto, dois pontos de aperfeiçoamento ao texto enviado pela Câmara. Uma delas é que a pensão por morte seja de pelo menos um salário mínimo. No texto atual, o valor da pensão passará a ser gradual, de acordo com o número de dependentes.

Outra mudança sugerida por Barbosa é que o tempo de contribuição da Previdência dos trabalhadores do setor privado (RGPS) seja firmado em 15 anos, tanto para quem já está no sistema como para quem vai entrar. O texto aprovado pelos deputados prevê tempo mínimo de contribuição de 20 anos para quem ingressar no mercado de trabalho após a reforma.

— É preciso ajustar o tempo mínimo para todo mundo e permitir que as pessoas cheguem a 100% do benefício com 35 anos de contribuição, e também, se a pessoa quiser e puder trabalhar mais, que ela tenha um bônus por isso — defendeu.

Para o coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Ângelo Fabiano Farias da Costa, a discussão sobre a reforma da Previdência é um processo importante, que deve ser feito periodicamente, inclusive em razão do crescimento demográfico. Ele disse que em nenhum momento a magistratura e o Ministério Público se posicionaram



Rafael Tajra Fonteles, Ângelo Fabiano, Rogério Marinho, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Nelson Barbosa Filho e Jayme de Oliveira Neto durante o debate

totalmente contrários à PEC 6/2019, mas ponderou que alguns aspectos do texto são “extremamente duros” para trabalhadores do RGPS e servidores públicos.

Costa declarou que a reforma no funcionalismo já foi feita, uma vez que os servidores públicos federais não se aposentam mais com integralidade de proventos desde a promulgação da Emenda Constitucional 20, em 2003.

— Hoje o servidor não se aposenta mais com o salário que recebia enquanto estava na ativa: está limitado ao valor de R\$ 5.839,45. Isso é para deixar clara essa situação importante para a sociedade brasileira — observou.

Críticas

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, disse que a reforma da Previdência provocará justamente o contrário do que se pretende alcançar com ela, pois sua aprovação agravará a crise no país. Para ele, o discurso de que mudanças constitucionais são condição para a melhoria econômica

foi utilizado pelo governo também na promulgação da Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos, e na reforma trabalhista, em 2017. Medidas que, na opinião de Marques, não surtiram os efeitos esperados.

— Eu quero afirmar com todas as letras que nada, nada garante que o crescimento será retomado, mesmo se a PEC [da Previdência] for aprovada na íntegra.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme Martins de Oliveira Neto, apresentou sugestões de emendas ao relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Uma delas se refere ao inciso 3 do artigo 25 da PEC, que anula a aposentadoria por regime próprio de Previdência com contagem recíproca do Regime Geral, sem a respectiva contribuição. Oliveira Neto destacou que essa medida foi inserida no texto da Câmara sem ter sido debatida e, se mantida, aumentará enormemente a judicialização dos benefícios.

— A nossa sugestão é a supressão disso, porque vai simplesmente gerar um tumulto tremendo entre aqueles que se aposentaram segundo as regras atuais e que nem

comprovantes mais terão, eventualmente, da guarda das suas contribuições.

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Emerson Garcia também criticou a falta de debate sobre esse item da PEC 6/2019. Segundo ele, as aposentadorias não apresentam incompatibilidade com o sistema previdenciário e, caso a medida seja mantida, as aposentadorias concedidas nos últimos 20 anos, envolvendo membros do Ministério Público, da magistratura e de outras carreiras, serão consideradas nulas.

— Não é preciso dizer sobre a enorme demanda que nós teremos na Justiça, porque, se existe um referencial de insegurança jurídica, talvez este seja o mais acentuado — alertou.

Debates

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), destacou a importância de se discutir a reforma da Previdência.

— Será uma semana exaustiva, mas, extremamente produtiva. Não é um tema fácil, é complexo e vai exigir de nós responsabilidade, serenidade, sabedoria.

Comissão pede ao TCU auditoria sobre liberação de emendas

O Tribunal de Contas da União vai auditar a liberação de emendas pelo Ministério da Saúde em razão de denúncia de compra de votos a favor da aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019). O pedido de Rogério Carvalho (PT-SE) foi aprovado na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) ontem.

De acordo com o requerimento do senador, “a ilegalidade se materializa porque, segundo o partido que primeiro fez a denúncia (Psol), a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados havia aprovado duas emendas (números 50210003 e 50210004), nos valores de R\$ 602 milhões e R\$ 2 milhões, respectivamente. Entretanto, por meio de portarias, o

governo Bolsonaro liberou valores que ultrapassam esses montantes, usando as mesmas emendas”.

Desarmamento

A CTFC deve avaliar neste ano a política de desarmamento no Brasil, criada pelo Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), conforme pedido aprovado também ontem e apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE).

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) leu ainda o relatório da indicação de Daniel Veloso Couri para o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Foi concedida vista coletiva e a sabatina do indicado ainda será marcada pela comissão.



Segundo Rogério Carvalho, valores liberados são maiores do que as emendas originais

Para debatedores, profissão de risco tem de ter aposentadoria especial

A reforma da Previdência também foi tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A retirada da aposentadoria especial para quem corre riscos no trabalho foi um dos principais pontos criticados pelos convidados.

O artigo 201 da Constituição prevê dois tipos de aposentadoria especial: aquela destinada a quem tem trabalho prejudicial à saúde — como as pessoas expostas a doenças em hospitais ou a elementos tóxicos como o benzeno — e a destinada aos que têm sua integridade física ameaçada, como vigilantes e eletricitários.

Atualmente a aposentadoria especial não tem idade mínima: exige-se apenas tempo de contribuição de 15, 20 ou 25 anos, dependendo da carreira. Com a reforma, passa a existir idade mínima para aqueles cujo trabalho é prejudicial à saúde e acaba a aposentadoria especial dos que têm a integridade física ameaçada.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, explicou que o recebimento da aposentadoria especial por periculosidade (integridade física) já tem sido cada vez mais difícil e muitas vezes o cidadão só consegue ter seu direito reconhecido se acionar a Justiça.

— Eu quero ver o leixeiro aos 58 anos de idade correndo atrás do caminhão de lixo, ou o eletricitário subindo em poste aos 64 anos de idade — disse Adriane.

Ela também reclamou que o texto não está levando em conta aqueles que hoje já estão com direito adquirido, ou prestes a completar o tempo mínimo de contribuição.



Adriane Bramante fala em debate conduzido por Zenaide Maia (3ª à esq.), que é contra o texto

Duas carreiras da Justiça sofrerão impacto direto do fim da aposentadoria especial: oficiais de Justiça e agentes de segurança dos tribunais e de juizes. O representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU (Fenajufe), Fabiano dos Santos, comentou os riscos enfrentados pelas duas categorias e defendeu a manutenção da aposentadoria especial para eles.

Adriane Bramante destacou que a PEC traz pela primeira vez o quesito idade, somado ao tempo de contribuição, para a aposentadoria especial por insalubridade. O escalonamento da idade mínima funcionará assim: no mínimo 55 anos de idade para quem tem aposentadoria especial, com tempo de contribuição de 15 anos (como os mineiros que trabalham no subsolo); 58 anos para quem precisa contribuir por 20 anos (como os mineiros que trabalham do lado de fora da mina); ou 60 anos para quem precisa contribuir

por 25 anos, como alguns profissionais da área de saúde.

Embora a PEC 6/2019 diferencie a idade de aposentadoria para homens e mulheres ao longo de todo o texto, isso não acontece com a aposentadoria especial em razão de contato com agentes nocivos no ambiente de trabalho.

Quem representou os profissionais da saúde na audiência foi o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, João Rodrigues Filho. Ele demonstrou desânimo sobre o futuro dos trabalhadores da saúde caso a reforma seja aprovada como veio da Câmara.

Pelos professores, que hoje recebem aposentadoria especial após 25 anos de contribuição, a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Selene Michielin, se queixou da reforma em razão da idade mínima de 57 anos para mulheres e de 62 anos para homens a partir de 2020.

— A profissão está em extinção, os cursos de licenciatura estão vazios. Os professores ganham pouco, trabalham muito e não se aposentarão mais com tempo especial.

Quem dirigiu o debate na CDH foi Zenaide Maia (Pros-RN), que discorda de pontos fundamentais do texto elaborado pelo governo e aprovado pela Câmara.

— Minha digital não estará nesse texto. Da carreira médica, Zenaide lembrou que a Constituição de 1988 revolucionou a assistência social ao criar o conceito de seguridade, cujos fundamentos são saúde universal, previdência e assistência social. De acordo com a senadora, o rombo na seguridade foi causado pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), que chega a até 30% do Orçamento.

— Do Orçamento, o presidente pode usar 30% como quiser, com aprovação do Congresso. Sempre se tirou bilhões da seguridade para cobrir qualquer coisa. Eu já vi tirar dinheiro para usar na comunicação e marketing da Presidência.

Zenaide disse que no ano passado a Previdência deixou de arrecadar cerca de R\$ 620 bilhões dos grandes devedores. De acordo com ela, a reforma não tira privilégio de ninguém, só de quem já não tem privilégio, como os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos.

— Vão muito em cima dos servidores públicos, que desde 2013 já estão no regime geral e que, se quiserem se aposentar com integralidade, precisam pagar por fora. Nessa PEC, o tempo de pedágio para o servidor público está em 100%, mas, para políticos, o pedágio é só de 30%.

Reforma deve prejudicar direitos compensatórios, dizem policiais

Representantes de policiais, bombeiros e agentes penitenciários criticaram ontem a reforma da Previdência em audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Eles afirmaram que a PEC 6/2019 cria para os agentes de segurança do Brasil “a pior aposentadoria do mundo”.

Os participantes rejeitaram a ideia de que as categorias tenham recebido privilégios no texto atual da reforma. Para eles, os agentes de segurança devido à natureza perigosa de suas atividades. Sem esses direitos, alertaram, a crise na segurança pública pode se agravar. Eles pediram que os senadores promovam uma “revisão significativa” da PEC.

Diretor jurídico substituto da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Marcelo de Azevedo disse que há várias categorias profissionais que estão submetidas a riscos no exercício das suas ocupações, como mineiros e operadores de raio-X, mas os agentes de segurança são os únicos que vivem o risco mesmo fora do expediente.

— A atividade não se encerra ao término do plantão. O policial faz um juramento de defesa da sociedade que vai acompanhá-lo por toda a vida, inclusive na aposentadoria.

Vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Rodolfo Laterza pediu que os senadores não tenham timidez ao analisar a proposta e promovam mudanças nas regras direcionadas aos policiais. Para ele, o formato atual da

reforma pode inviabilizar as atividades de segurança pública.

— O governo e a Câmara perderam a oportunidade de dar o tratamento meritocrático diferenciado para as categorias policiais. As novas regras afetarão o funcionamento das instituições a médio prazo. Não é para gerar medo, é uma constatação real.

Essa posição é compartilhada pelo presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol), André Luiz Gutierrez. Para ele, com a reforma, o efetivo policial cairá drasticamente, uma vez que muitos trabalhadores em atividade vão buscar a aposentadoria para escapar das novas regras. Ao mesmo tempo, sem o atrativo da aposentadoria diferenciada, será difícil preencher as vagas, segundo ele.

— Se este governo se eleger com o mote da segurança pública, não podemos deixá-la em segundo plano — afirmou.

Os participantes também criticaram pontos como a idade mínima, considerada mais elevada do que em outros países e as regras de transição, que, segundo eles, causaram confusão na categoria e podem gerar insegurança jurídica e judicialização.

Também foram alvo de críticas a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte para os policiais. Segundo a PEC 6/2019, a pensão só será integral em caso de morte durante o serviço. Já a aposentadoria por invalidez será maior em caso de incapacitação causada pela função, mas não chegará a ser integral.



Observado por Major Olimpio, o delegado Rodolfo Laterza fala na audiência pública

Há vários equívocos no texto aprovado pela Câmara, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) voltou a afirmar ontem que o Senado não deve confirmar o texto da reforma tal como foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo ele, a versão atual tem muitos problemas, como a extinção da conversão.

— Se você trabalhou em área insalubre, penosa e periculosa, você pode, pela legislação atual, converter esse tempo em tempo para a aposentadoria normal. Como está hoje disposto no texto, nenhum tipo de conversão do que possa ter acontecido no passado é possível.

Reforma tributária deverá ser justa com o contribuinte, diz Kajuru

Uma das pautas prioritárias do Parlamento é a reformulação do sistema tributário, que está entre os mais desiguais do mundo, disse ontem Jorge Kajuru (Patriota-GO).

O senador disse ser inaceitável que parte considerável da renda se destine a arcar com tributos injustos.

— Para pagar os impostos de 2019 ao governo federal e aos governos estaduais e municipais, os brasileiros tiveram que trabalhar até o dia 2 de junho último — pasmem! —, quase um semestre ou, mais precisamente, 153 dias — criticou.

Abertura do setor elétrico gera polêmica em debate

Representantes das empresas geradoras de energia se mostraram preocupados com o projeto de lei que permite a portabilidade da conta de luz. Extinção de subsídios foi criticada na audiência

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) debateu ontem o projeto que prevê a portabilidade da conta de luz (PLS 232/2016). Representantes das geradoras de energia elétrica questionaram a extinção de subsídios, a liberdade de produção de energia sem vínculo de planejamento e a separação entre lastro e energia.

A audiência é a terceira de uma série requerida por Marcos Rogério (DEM-RO), relator. O senador, que também é presidente da CI, explicou que o grande objetivo é expandir o mercado para permitir ao usuário a liberdade de escolher onde contratar o fornecimento de energia elétrica.

— Espero que a mudança legislativa incentive a competição no fornecimento de energia, com impacto positivo no preço e na qualidade do serviço prestado — disse.

Os participantes da audiên-

cia, porém, ainda que se declarassem favoráveis à abertura de mercado, manifestaram preocupações.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Flávio Antônio Neiva, afirmou que é preciso dar sustentabilidade à expansão da oferta de energia.

A representante da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Nathália Nóbrega, mostrou preocupação com a abertura de mercado, já que há, no mercado livre, uma grande quantidade de energia descontratada, que recebe subsídios implícitos, o que distorce a competição no mercado livre.

— É uma distorção. À medida que se diminui o mercado especial e se amplia o mercado livre, as PCHs [pequenas centrais hidrelétricas] passam a precisar concorrer diante

dessa distorção que ocorre nele — esclareceu.

As PCHs recebem subsídios explícitos, como o desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd), e o projeto propõe o fim desses incentivos. Segundo Nathália, há subsídios implícitos, como financiamentos junto ao BNDES para construção de linhas de transmissão para grandes hidrelétricas. A extinção desses “subsídios implícitos”, porém, não está prevista no PLS 232/2016, o que poderia prejudicar pequenas geradoras.

Consultor da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Edmundo Alfredo da Silva ressaltou que o pré-sal vai provocar uma “avalanche de gás” no sistema elétrico e, por isso, há uma necessidade de planejamento bem detalhado no texto.

— Eu fico preocupado porque o projeto não faz alusão à integração do setor elétrico com o setor de gás natural. Com a entrada do pré-sal e esses terminais de GNL [gás natural liquefeito] que estão se configurando ao longo da costa do Brasil, há uma necessidade urgente de um planejamento bem detalhado desse ponto para que sejam planejadas tanto termelétricas inflexíveis [que geram a maior parte do tempo], como flexíveis [que atendem à variabilidade do sistema].

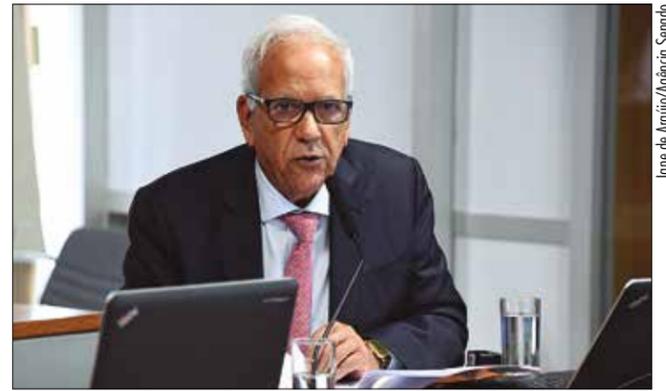


Foto: Agência Senado

Senador Oriovisto Guimarães é o relator do projeto na comissão

Colegiado aprova baixa gratuita de pequena empresa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que facilita o encerramento de pequenas empresas, permitindo a baixa gratuita e automática do registro para aquelas que estão inativas. A CAE também aprovou mudanças no Estatuto Nacional da Microempresa para facilitar o crédito. Os dois projetos seguem para o Plenário.

Segundo o PLC 198/2015, a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o empresário individual que, comprovadamente, não tenha requerido arquivamento ou não tenha tido qualquer atividade financeira por pelo menos três anos, terá seu registro cancelado, sem precisar pagar qualquer taxa. A não ser que, após ser comunicado, informe que pretenda continuar em atividade. A baixa da empresa também levará ao cancelamento automático e sem ônus da inscrição no CNPJ pela Receita Federal.

O autor do projeto é o deputado Félix Mendonça Junior (PDT-BA). O relator na CAE, senador Oriovisto

Guimarães (Podemos-PR), fez aprimoramentos no texto.

Já o PLC 113/2015 – Complementar altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária com o poder de afiançar os empréstimos tomados por microempresas que dela sejam sócias. O regime de sociedade será por ações e os sócios participantes não poderão deter mais de 10%, cada um, das ações emitidas.

Pela proposta, haverá também a figura dos sócios investidores, que aportarão capital na sociedade sem, contudo, poder ultrapassar o limite de 49% do capital social total. O projeto autoriza ainda investimento público e incentivos estatais nesse tipo de sociedade, cujas ações serão de livre negociação.

O projeto, apresentado pelo então deputado Esperidião Amin (hoje senador pelo PP de Santa Catarina) tem Cid Gomes (PDT-CE), favorável à proposta, como relator na CAE.



Senador Marcos Rogério ouve Flávio Antônio Neiva, da Abrage

Comissão analisa dedução no IR para investimento empresarial e em pesquisa

Projetos que criam mais possibilidades de dedução no Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) são destaque na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), hoje, às 10h. Uma das propostas institui o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e possibilita a dedução da base de cálculo

do IRPF de parte dos valores investidos nesse tipo de sociedade (PL 3.466/2019).

Autor do projeto, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) argumenta que, por serem inovadoras, as empresas startups enfrentam incertezas econômicas e tecnológicas que dificultam acesso ao crédito pelas vias tradicionais, e passam a

depender de “investidores-anjo” (pessoa física com capital próprio) para desenvolver suas ideias. O senador explica que a proposta busca atenuar os efeitos dessa falha de mercado ao criar o FiStart para oferecer a esse tipo de empresas — intensivas em conhecimento — opção viável de financiamento. O texto

propõe a criação de linhas de crédito sem juros e carência de 18 meses para o pagamento.

Randolfe destaca também a importância de se fomentarem investimentos por pessoas físicas (investimento-anjo), com a dedução da base de cálculo do IRPF do capital empregado. A dedução será limitada a 20% do valor efetivamente

integralizado e não poderá ultrapassar o montante de R\$ 80 mil por ano-calendário.

O projeto conta com o apoio do relator, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Se aprovada na CCT, a proposta será enviada para a análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde vai tramitar em decisão final.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Fundeb deve receber mais recursos, dizem debatedores

Em audiência na Comissão de Educação, especialistas sugeriram o aumento de verbas da União, por meio da reforma tributária e da arrecadação com a exploração do petróleo, além de tornar o fundo permanente

CONVERTER O FINANCIAMENTO da educação em política permanente, mudar o cálculo dos recursos repassados pela União e, principalmente, aumentar os valores foram propostas defendidas em audiência ontem, na Comissão de Educação (CE), sobre a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que expira em 2020.

Cerca de 20% dos recursos do Fundeb são de impostos arrecadados pelos 27 estados e pelo Distrito Federal e representam cerca de 60% do total investido no setor. A União calcula um valor aluno/ano, que, em 2018, foi de pouco mais de R\$ 3 mil. Estados e municípios que não alcançam o valor aluno/ano recebem uma complementação de, no máximo, 10% das receitas dos fundos estaduais e do DF.

Segundo o consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Claudio Tanno, ocorrem injustiças, já que alguns municípios que não precisam recebem a complementação, porque seus estados arrecadam impostos abaixo dos limites esperados e foram beneficiados pela União, sendo obrigados a repassar esses recursos.

As PECs que tramitam na Câmara e no Senado sugerem que a União aumente seu aporte em até 40% do valor aluno/ano em 10 anos ou mantenha os 10% atuais e aumente o valor aluno/ano até atingir 40%. Segundo o professor Thiago Alves, da Universidade Federal de Goiás (UFG), esses 40% elevariam os



Senador Flávio Arns (E) comanda audiência sobre permanência do Fundeb

recursos de pouco mais de R\$ 12 bilhões para R\$ 52 bilhões.

— Discutimos aqui a importância de aumentar R\$ 40,5 bilhões para a educação brasileira, que vão beneficiar 39 milhões de matrículas.

Alves e a vice-coordenadora do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ), Maria Cristina Cordeiro, defenderam a implantação de um novo modelo de cálculo, já previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) mas nunca efetivado, que considera o salário dos professores, o investimento em infraestrutura, a carga horária e o tamanho das turmas, entre outros itens. Esse modelo aumentaria o custo médio por aluno para R\$ 7,01 mil, bem mais que a média de R\$ 5,8 mil gastos em 2017.

— Calculamos a partir de parâmetros de qualidade, e não a partir de um percentual de impostos — disse Alves.

Perenidade

A coordenadora da Comissão Permanente de Educação do CNPJ, Sandra Pontes, mencionou a necessidade de migrar o tema das disposições

transitórias da Constituição para o corpo da Carta.

Flávio Arns (Rede-PR) é o relator da PEC 65/2019, que, com as PECs 33/2019 e 15/2015, revisa e atualiza o Fundeb. Ele revelou que está trabalhando com a Câmara para ajustar a redação das propostas.

Petróleo

A CE prosseguiu a discussão à tarde, iniciada com a exposição do superintendente de Participações Governamentais da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Rubens Freitas, que estimou aumento de cerca de 50% da produção de petróleo para os próximos cinco anos.

— Cerca de R\$ 45 bilhões nos próximos cinco anos irão para a educação.

Para Flávio Arns, “nada melhor do que esses recursos virem para a educação”.

Já o economista Fernando Gaiger Silveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sugeriu uma reforma tributária com a tributação de lucros e dividendos, suspensa em 1995, à uma alíquota de 15%, o que, segundo ele, poderia gerar cerca de R\$ 60 bilhões anuais para a União.

Comissão aprova mais verbas do fundo para educação especial

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o relatório de Flávio Arns (Rede-PR) ao projeto que eleva os repasses do Fundeb para a educação especial, voltada ao atendimento de estudantes com deficiência ou com superdotação.

Também foi aprovado um ciclo de debates sobre o programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC).

O PLC 18/2018 eleva a educação especial do fator 1,2 para o fator 1,3 (que é o maior referencial), nos cálculos que tratam dos repasses do Fundeb por aluno para estados e municípios. Isso significa que o valor para a educação especial será 30% superior, por aluno, ao valor referencial do fundo para cada ano.

A título de exemplo, o orçamento do Fundeb para 2019 prevê repasses de cerca de R\$ 156 bilhões, somando todas as diferentes modalidades de ensino.

Do ex-deputado e hoje ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o texto será analisado agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Future-se

O ciclo de debates sobre o Programa Future-se, atende requerimento dos senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). O Future-se busca promover sustentabilidade financeira estabelecendo limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos.

Prates alega, entre outros pontos, que a suposta autonomia financeira das instituições de ensino será derivada de contratos de gestão com organizações sociais sem a necessidade de chamada pública.

Uma das audiências reunirá ex-ministros da Educação, como Fernando Haddad e Cristovam Buarque.



Colegiado vai promover debates a pedido de Jean Paul e Veneziano



Texto define a quem comprovar idade para passagem gratuita

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem projeto determinando que o idoso com mais de 65 anos deve comprovar a idade perante o poder público local ou às empresas de transporte para ter direito à gratuidade nas passagens de ônibus.

De acordo com o autor do PLS 328/2016, Acir Gurgacz (PDT-RO), o texto preenche uma lacuna no Estatuto do Idoso. A atual redação pede que o idoso apresente documento pessoal para ter direito ao transporte gratuito, mas não diz a quem o beneficiário deve comprovar a idade, o que segundo o senador, abre espaço a diversas interpretações e gera problemas nos sistemas de bilhetagem eletrônica.

A exigência não valerá para locais onde não houver bilhetagem eletrônica. Nesses casos, conforme o substitutivo do relator, o senador Jayme Campos (DEM-MT), a comprovação de idade da pessoa com mais de 65 anos poderá ser feita ao motorista ou ao

corador.

“Concordamos que, nos sistemas de bilhetagem eletrônica, o idoso deveria comprovar sua idade ao gestor do sistema e receber um cartão de acesso. Caso contrário, o condutor do veículo ou atendente da estação fica obrigado a liberar o acesso manualmente”, justifica o senador.

O projeto segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), responsável sobre a decisão final. A proposta chegou a tramitar no colegiado, sendo designado relator Paulo Paim (PT-RS), mas o relatório não foi votado devido a requerimento do autor para que o texto fosse analisado antes na CI.

Paim pediu aprovação do projeto com uma emenda que dispensa o cadastramento dos maiores de 65 anos, ao determinar comprovação de idade apenas ao condutor do transporte público. Para o senador, a identificação prévia a governos e empresas dificulta o acesso de idosos ao benefício.

Marcos do Val elogia atuação da polícia do Rio de Janeiro

A atuação da Polícia Militar e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) do Rio de Janeiro, no caso do sequestro de um ônibus na Ponte Rio-Niterói, foi elogiada por Marcos do Val (Podemos-ES).

O senador disse que a morte do suspeito Willian Augusto da Silva fez parte do protocolo em operações especiais, pois estavam em risco outras 37 vidas. Marcos do Val considerou que alguns casos semelhantes terminam de forma trágica devido à interferência de governantes nas ações técnicas e táticas da polícia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alemanha e Noruega não têm moral para impor condições, diz Plínio

A Alemanha e a Noruega não têm moral para impor condições ao governo brasileiro quanto ao uso do dinheiro que doam para o Fundo Amazônia, afirmou Plínio Valério (PSDB-AM). Para o senador, os dois países europeus, cuja vegetação já foi devastada e só agora está sendo recuperada, não levam em conta que é o Brasil o país que mais preserva sua floresta.

Segundo Plínio, 86% do dinheiro do Fundo Amazônia é gerido, direta ou indiretamente, por organizações não governamentais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gurgacz comemora início da recuperação do asfalto da BR-319

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem o início das obras de recuperação do asfalto da BR-319 no trecho entre Porto Velho e Humaitá (AM). Ao mesmo tempo, o senador alertou para a necessidade dessa obra se estender até a cidade de Castanho (AM).

Gurgacz ressaltou que, após a conclusão da recuperação da rodovia, os estados de Rondônia, Amazonas e Roraima serão beneficiados economicamente e também na fiscalização da proteção ao meio ambiente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Falta consenso sobre texto que muda Lei de Migração

Na Comissão de Assuntos Sociais, governo justificou mudança no texto por necessidade de restringir a entrada de pessoas perigosas no país. Representantes de entidades de refugiados não concordam

A PROPOSTA QUE torna mais rígidas as regras para o acolhimento e permanência de refugiados no país foi motivo de divergências em debate realizado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). As mudanças estão prevista em emenda do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ao PL 1.928/2019. A emenda recebeu apoio de representantes do governo, mas foi criticada por integrantes de entidades que se dedicam ao assunto.

O projeto, apresentado por Acir Gurgacz (PDT-RO) e relatado por Luiz do Carmo (MDB-GO), prevê visto temporário para imigrante entre 18 e 29 anos que pretenda adquirir experiência ou especialização profissional no país.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), a emenda de Fernando Bezerra, acatada pelo relator, reintroduz no Brasil a prisão para deportação, a recusa de ingresso por suspeita de crime e a expulsão de pessoas que estejam solicitando refúgio.

O representante-adjunto do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur),

Federico Martínez, reconheceu o poder soberano dos Estados. Entretanto, lembrou que, de acordo com os compromissos assumidos pelo Brasil, não se pode expulsar um refugiado por questões de raça, sexo, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou grupo social. Ele lembra que o Brasil ratificou em 1960 a Convenção de 1951, adotando o Estatuto dos Refugiados.

— Nos causa preocupação que refugiados não consigam abrigo com esse projeto.

Para o defensor público federal Gustavo Zortéa, não se pode impedir a concessão de refúgio com base numa mera suspeita. Ele afirmou que a prisão para deportação não tem amparo na Constituição.

Pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos, Fabrício Souza manifestou preocupação com a Portaria 666, publicada em julho, que permite a expulsão sumária de estrangeiros, inclusive fugitivos em razão de violência.

— Essa deportação sumária não permite ao refugiado comprovar que seja um perseguido político, sendo aceita

a acusação do país que lhe persegue — explicou.

O diretor da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, padre Marcelo Maróstica, lembrou que o Brasil sempre foi um país acolhedor, citando os casos recentes da Venezuela e Haiti.

O diretor nacional do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Agnaldo Junior, explicou que a criminalização da imigração não condiz com o Brasil, construído com a força de trabalho de estrangeiros.

Proteção a ameaças

A secretária nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Maria Hilda Marsiaj, afirmou que o projeto de lei apenas protege o país de criminosos e terroristas e que a definição de terrorismo já está prevista na lei.

Já a delegada Indira Lima Croshere, da Divisão de Registro Migratório da Polícia Federal, defendeu a emenda por representar uma modernização das leis de imigração e de refúgio para evitar a entrada de pessoas perigosas.

— Há diversos casos de imigrantes ilegais que afirmam serem perseguidos para conseguir o refúgio e permanecer no Brasil. Essa proposta é uma medida excepcionalíssima — justificou.

Ao encerrar a audiência, a senadora Juíza Selma (PSL-MT) afirmou que, pela sua experiência no combate às organizações criminosas, os criminosos não respeitam fronteiras.



Styvenson Valentim (C) comanda o debate proposto por Mara Gabrilli

Deficientes visuais cobram eletrodomésticos adaptados

O aprimoramento de eletrodomésticos e produtos eletrônicos para pessoas com deficiência, principalmente visual, foi defendido ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Para os participantes do debate, proposto pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a oferta de produtos adaptados, como geladeiras, microondas, telefones e máquinas de lavar, facilitaria a vida dos deficientes visuais e contribuiria para a inclusão social de cerca de sete milhões de pessoas no Brasil.

As sugestões de adaptação incluem uso de letras ampliadas, braile e alto-relevo, dispositivos sonoros e marcações. Idealizador do Movimento pelo Livro e pela Universidade Acessíveis (Molla), Naziberto Lopes de Oliveira citou, entre os pressupostos legais a favor das pessoas com deficiência, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Brasileira de Inclusão.

— É uma reivindicação de direitos. Compramos e pagamos o mesmo preço pelos produtos — afirmou.

A presidente da Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV), Denise Lúcia Braga Mello disse que a aces-

sibilidade deve ter início no manual dos produtos.

— A gente não pede nem que esteja em braile, pede que seja acessível.

O presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, José Jorge do Nascimento Júnior, disse que nos projetos já se busca o atendimento de demandas maiores.

— O design dos produtos está se adaptando cada vez mais ao desenho universal. As normas técnicas não existem, mas a indústria vem oferecendo esses produtos.

Representante do Ministério da Economia, Marco Antônio Bastos disse que a acessibilidade é essencial para o pleno exercício da cidadania. O vice-presidente da ABDV, Justino Pereira, cobrou a sensibilidade de fabricantes, com a oferta de produtos que favoreçam a autonomia de escolha.

O coordenador-geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Rodrigo Freitas, disse que a tecnologia beneficia outros segmentos, como os idosos.

— Temos que eliminar essas barreiras — afirmou.



Senadora Juíza Selma (C) preside a audiência sobre a Lei de Migração

Projeto altera critérios de produtividade e conceito de aproveitamento de imóveis rurais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou um projeto que modifica os critérios de aferição de produtividade dos imóveis rurais. Segundo o PLS 107/2011, a renda do produtor será utilizada como parâmetro de produtividade e novos critérios de propriedade produtiva e de aproveitamento de imóveis rurais poderão ser adotados na regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

A CAE também aprovou o PL 2.104/2019, que estende aos produtos de manejo extrativista de origem animal, como a pesca, benefícios econômicos concedidos aos de origem vegetal.

A autora do projeto sobre as propriedades rurais, sena-

dora Kátia Abreu (PDT-TO), defende a atualização da Lei 8.629, de 1993, que estabelece os índices de produtividade, em relação à exigência do atendimento, de dois indicadores para a conceituação da produtividade e para a caracterização da função social: os graus de utilização da terra (GUT) e de eficiência da exploração (GEE). Segundo a autora, “essa confusão” faz com que propriedades produtivas, insuscetíveis de desapropriação, estejam sendo equivocadamente desapropriadas.

A senadora argumenta que a aplicação dos parâmetros atuais, que privilegiam a maior área plantada, não é adequada, pois não leva em consideração a produtivi-

dade alcançada pelo uso de insumos e pela aplicação de tecnologia. Arquivado ao fim da legislatura anterior, o projeto voltou a tramitar a pedido de Kátia e recebeu parecer favorável do relator na CAE, Wellington Fagundes (PL-MT). O senador lembrou que os índices em vigor são

os mesmos dos da década de 1980. O projeto segue para análise das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e, em decisão final, de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Já o texto sobre a pesca, da ex-deputada Conceição Sampaio, amplia o universo de produtos abrangidos pela

Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que contribui para garantir renda mínima aos produtores. O relator na CAE foi Eduardo Braga (MDB-AM).

Pelo texto, o governo também passará a subsidiar, em operações de crédito e na aquisição de produtos para estoque, por exemplo, a produção de peixes como o pirarucu. A proposta segue para o Plenário com pedido de urgência. Para evitar que a subvenção econômica estimule o manejo predatório da fauna silvestre, há um dispositivo no projeto determinando que os produtos sejam provenientes de manejo sustentável, previamente autorizado por órgão ambiental.



Kátia é autora do projeto sobre propriedades rurais, que foi desarquivado